

.: Apresentação:.

Instituída pela Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004, a CONAES é o órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Esta primeira edição do Informativo da CONAES é especial sobre o Seminário Internacional sobre Reforma e Avaliação da Educação Superior: Tendências na Europa e na América Latina, realizado em São Paulo entre os dias 25 e 27 de abril.

A partir das próximas edições, você receberá informações sobre o andamento da implantação em âmbito nacional do SINAES, um sistema que envolve avaliação institucional – interna e externa -, avaliação de cursos e o exame nacional de desempenho do estudante.

.: Notícias :.

:: Público avalia Seminário Internacional

:: Ministro diz que reforma universitária é proposta de transformação

:: Educação superior de qualidade é desafio para o país

:: Brasil é o sétimo colocado entre os países com ensino superior privatizado. EUA ocupam a 20ª posição.

:: Maior desafio da reforma universitária é manter a missão pública das IES, afirma Héglio Trindade

:: Seminário debate reforma universitária européia

:: Qualidade no ensino superior também é prioridade no Uruguai

:: Brasil vai trocar experiências sobre avaliação do ensino superior

.: Artigo:.

:: Reforma e Avaliação da Educação Superior

Autor: Héglio Trindade – presidente da CONAES

:: Público avalia Seminário Internacional

O Seminário Internacional sobre Reforma e Avaliação da Educação Superior: Tendências na Europa e na América Latina atingiu plenamente seus objetivos e até superou expectativas. Este é o parecer de 87% das avaliações feitas pelo público que acompanhou os painéis e debates durante manhãs e tardes dos dias 25, 26 e 27 de abril no Hotel Ca'd'Oro, em São Paulo.

O Seminário foi promovido pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), com

o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Conselho Nacional de Educação (CNE), Secretaria de Educação Superior (SESU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A escolha dos temas, o encadeamento entre estes e o tratamento dado pelos painelistas, com qualidade, profundidade e densidade foram observações unânimes. As presenças dos ministros da Educação do Brasil, do Uruguai e da Austrália deram peso político ao evento, segundo os participantes. Da mesma forma, a participação de membros do governo demonstraram responsabilidade e comprometimento com a Reforma e a Avaliação da Educação Superior.

A crítica recorrente foi seguida de sugestão pelos avaliadores: mais tempo para discussão. Como este primeiro seminário teve um caráter mais formativo e de aprofundamento, o próximo (e todos pedem por outro), deverá reservar maior espaço para que o público possa participar mais, seja em discussões abertas, seja em grupos de trabalho. Outra sugestão foi a de disponibilização do material das palestras, ao que a CONAES responde que em breve estarão no [site](#). A transcrição de todas as palestras deverá ser transformada em uma publicação ainda sem data prevista.

Os painéis mais destacados pelas avaliações foram "Avaliação no Contexto das Transformações da Educação Superior na América Latina", com 79,1% das avaliações entre muito bom e excelente; "Sinaes: concepção e operacionalização", com 79,6% "Reformas na União Européia: implementação, balanços e perspectivas", com 80%; "Experiências Internacionais de Avaliação e Credenciamento da Educação Superior", também com 80%; "Sinaes/Capes: Fundamentos Epistemológicos e Metodológicos", com 81,15%; e, finalmente o painel "Sinaes – Olhares Externos", que encerrou o Seminário com as percepções da brasileira Sonia Penin, do argentino Carlos Rasetti e do português Alberto Amaral sobre o SINAES e que teve 83,33% das avaliações respondidas entre muito bom e excelente.

:: Ministro diz que reforma universitária é proposta de transformação

Ao abrir o *Seminário Internacional Reforma e Avaliação da Educação Superior – Tendências na Europa e na América Latina*, dia 25 de abril, em São Paulo, o ministro da Educação, Tarso Genro, disse que a proposta de reforma universitária, colocada em debate pelo MEC há mais de um ano, é um projeto de transformação da educação superior brasileira. "Uma transformação que visa atender aos anseios da sociedade para a construção de um país democrático, com autonomia de decisão sobre os seus destinos."

A primeira versão do anteprojeto da lei da educação superior, disse Tarso Genro, apresentou os princípios norteadores dessa transformação: uma universidade republicana, com expansão das vagas nas instituições federais de ensino superior, gratuidade da educação superior, qualidade e regulação e um novo tipo de relação com a sociedade.

"A partir destes princípios, estamos colhendo propostas das entidades – Andifes, SBPC, Academia de Ciências, União Nacional dos Estudantes – e do setor privado, e condensando contribuições para publicar a segunda versão do anteprojeto, mas sem perder o eixo inicial, porque desse eixo republicano o governo não abre mão", enfatizou Tarso. O novo texto do anteprojeto da reforma

universitária será divulgado em 15 dias. Desde março de 2004, a reforma da educação superior recebeu sugestões de centenas de entidades e da sociedade. O projeto será enviado ao Congresso Nacional em julho.

Universidades públicas – Na [conferência](#) inaugural, o ministro disse que a reforma vai valorizar as universidades públicas como instituições estratégicas “redefinindo a política de investimentos de curto e longo prazos em educação superior, ciência e tecnologia articulando-as com um projeto nacional”. O sistema federal precisa ser modelo de referência para o conjunto do sistema.

Quanto às instituições não-públicas (particulares, comunitárias, confessionais ou filantrópicas), o ministro disse que elas terão condição reconhecida ou renovada segundo os fundamentos de qualidade e mediante processo de credenciamento baseado no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

(Ivone Belem, da Assessoria de Imprensa do MEC)

:: Educação superior de qualidade é desafio para o país

O Brasil está diante de uma necessidade inadiável: construir educação superior de qualidade e a massificar. O desafio foi explorado pelo secretário de Educação a Distância do MEC, Ronaldo Mota, na conferência A Construção Participativa do Anteprojeto de Reforma da Educação Superior no Brasil, no primeiro dia do Seminário Internacional Reforma e Avaliação da Educação Superior – Tendências na Europa e na América Latina, realizado de 25 a 27 de abril, em São Paulo.

“Nós temos contradição, não má qualidade”, frisou Mota, para quem a excelente qualidade apresentada por setores da educação superior brasileira esbarra em um hábito perverso: “O Brasil faz coisas boas e faz coisas para todos. Não simultaneamente”. Em sua análise, a popularização da educação superior trouxe má qualidade.

A garantia da qualidade foi um dos aspectos apontados pelo secretário como um dos principais pilares da reforma da educação superior, ao lado da relevância e do atendimento à grande massa.

Para alcançar esse objetivo, o anteprojeto da reforma tem cinco preceitos: recuperação do parque público federal; construção de marco regulatório; ampliação do acesso; conexão com outros sistemas e modernização do sistema, que não deverá hierarquizar faculdades, centros universitários ou universidades.

A recuperação do parque público federal é crucial, afirmou Mota, que destacou que o empobrecimento das instituições federais de educação superior vem sendo combatido pelo atual governo com reajustes salariais, aumento de verbas de custeio e contratação de novos professores, elementos que explicitam a política de governo para a educação superior. Quanto ao marco regulatório, o conferencista defendeu que “a desregulamentação tende a gerar supremacia da má qualidade”. Com a regulamentação, assegura, a competição se dá levando em conta a qualidade, o preço e a inserção no mercado. “Temos que criar um marco regulatório que abarque todos e no qual todos sejam respeitados”, disse.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) foi apontado pelo professor como instrumento para garantir essa abrangência do marco regulatório, dada sua complexidade e riqueza de instrumentos. Avaliação e regulação, que já andam juntas desde o início do governo, deverão, portanto, ser totalmente complementares com a nova lei orgânica da educação superior. Quanto à

ampliação do acesso, Ronaldo Mota defendeu a participação do setor privado, ao afirmar que "qualquer mecanismo que aponte para a redução do crescimento de vagas é ruim". Hoje, apenas 11% dos jovens brasileiros com idade entre 18 e 24 anos estão cursando o nível superior, número muito baixo mesmo quando comparado aos índices de outros países em desenvolvimento.

A conexão com outros sistemas, que consiste em unir a educação superior, a educação básica, tecnológica e profissional e o sistema federal – que engloba instituições federais e privadas – aos sistemas estaduais e municipais, bem como ao setor produtivo, foi outro ponto central apontado como fundamental para a solução do problema da educação superior do país. "O Brasil só vai ter saída se algumas áreas fizerem um pacto", afirmou, defendendo que os interesses da nação sejam colocados acima dos interesses políticos de quaisquer setores.

A conferência, que lotou o auditório do Hotel Ca'd'Oro, foi coordenada pelo secretário de Educação Superior do MEC, Nelson Maculan.

(Elaina Daher, da Assessoria de Imprensa do MEC)

:: Brasil é o sétimo colocado entre os países com ensino superior privatizado. EUA ocupam a 20ª posição.

O Brasil está colocado em sétimo lugar entre as nações do mundo com maior número de instituições de ensino superior privadas e, também, é um dos países da América Latina em que o processo de privatização do ensino superior se deu de forma mais acelerada.

Os EUA ocupam a 20ª posição. A partir desses dados, a expansão e a massificação da universidade foram discutidas no Seminário Internacional Reforma e Avaliação da Educação Superior – Tendências na Europa e na América Latina.

De acordo com o presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e coordenador do evento, Héglio Trindade, a expansão do ensino superior na Europa ocorreu com mais intensidade no setor público.

'Exemplos clássicos estão na Alemanha e na França, que se equiparam aos casos de países como México e Argentina', disse. Mesmo o México, que adotou as primeiras reformas neoliberais, estabeleceu em 20% o limite do setor privado na educação superior.

Já o Brasil, o Chile e a Colômbia demonstram uma forte tradição no desenvolvimento do ensino privado. Segundo relato de Héglio Trindade, nos últimos 30 anos, o Brasil tornou-se o país da América Latina com uma proporção maior de privatização do ensino superior: apenas 30% das universidades são públicas - 70% são particulares.

Interesses – Estudo do pesquisador francês Martin Carnoy, citado por Héglio, diz que 'a importância do ensino superior aumenta em função da produção econômica voltada para produtos de forte densidade de conhecimento', mas observa que os capitais internacionais 'têm interesses econômicos de curto prazo que tendem a favorecer o setor privado, pressionando os governos a frear o crescimento das despesas públicas'.

Segundo Héglio Trindade, sobretudo nos períodos militar e de redemocratização, houve expansão descontrolada da educação superior brasileira. 'Houve uma liberalização de expansão do setor privado a ponto de se criarem, em média, nos últimos oito ou dez anos, cerca de quatro cursos por dia.'

Expansão dessa natureza, sem critério, afirma, jogou para o setor privado uma quantidade de instituições sem qualidade. 'Hoje, esse setor quer separar o joio do trigo: as IES comprometidas com sua função educacional das que se expandiram de forma caótica e que precisam de um processo de transformação', disse.

(Ivone Belem, da Assessoria de Imprensa do MEC)

:: Maior desafio da reforma universitária é manter a missão pública das IES, afirma Héglio Trindade

Para o presidente da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Conaes), avaliação das instituições públicas e privadas é essencial por ser a educação um bem público.

O maior desafio do anteprojeto da lei da educação superior, a reforma universitária, é implementar um sistema de avaliação, autonomia e financiamento das instituições de ensino superior (IES) que tenha como meta a concepção de uma universidade que cumpra sua missão pública junto à sociedade.

A afirmação foi feita durante o Seminário Internacional Reforma e Avaliação da Educação Superior – Tendências na Europa e na América Latina, que aconteceu em São Paulo entre os dias 25 e 27 de abril.

'Temos que trabalhar com um novo tipo de instituição que se integre na sociedade', destacou Trindade, ao traçar um relato histórico do processo de reforma e avaliação do ensino superior no Brasil.

Durante o governo anterior, o impasse principal para a melhoria de qualidade das universidades era a falta de prioridade ao desenvolvimento de um sistema que incluísse avaliação, autonomia e financiamento das IES. 'Hoje, isso está no centro da proposta de reforma universitária defendida pelo Ministério da Educação', disse o presidente da Conaes.

Bem público – A avaliação das instituições públicas e privadas é essencial porque a educação é um bem público, portanto uma responsabilidade do Estado. Já a autonomia sem avaliação, explicou Héglio Trindade, colocaria as universidades no isolamento. 'Porque se consideramos autonomia essencial para o desenvolvimento de uma IES, não podemos aceitar que seja algo que a separe do seu entorno social.'

Segundo o presidente da Conaes, a avaliação é um elo entre o interesse público e a autonomia da universidade. 'Para a Unesco, uma instituição que queira cumprir sua missão social e não apenas de empresa educacional, deve manter equilíbrio e qualidade acadêmica, relevância social e equidade', ilustrou.

Héglio Trindade disse que a Universidade e a sociedade têm uma relação simbiótica, sem a qual a Universidade é reduzida a 'uma organização complexa, apartada de seu entorno social'. Para ele, na sociedade atual, mais do que no passado, 'a educação não é apenas um direito social e um bem público, mas um direito humano, o direito de todos para enfrentar uma nova forma de desigualdade: a desigualdade diante do conhecimento'.

(Ivone Belem, da Assessoria de Imprensa do MEC)

:: Seminário debate reforma universitária européia

Com o tema Reformas na União Européia e sua Implementação - balanço e perspectivas, o segundo dia do Seminário Internacional Reforma e Avaliação da Educação Superior - tendências na Europa e na América Latina teve como expositores o diretor de Educação Superior do Ministério da Educação da França, Yves Vallat, e o vice-reitor da Universidade do Porto, José Ferreira Gomes.

Yves Vallat explicou que o Protocolo de Bolonha, assinado em 1999 pelos ministros da Educação da França, Alemanha, Itália e Reino Unido, chegou a seu país no momento adequado. "Houve a oportunidade de feliz encontro entre anseios nacionais e internacionais", afirmou. Segundo ele, no âmbito internacional, havia uma Europa com sua economia unificada e seu mercado de trabalho aberto – qualquer europeu pode trabalhar em qualquer país da Europa – mas os diversos sistemas nacionais de educação eram bastante diferentes entre si. Cada país sentia, internamente, a necessidade de tornar mais competitivos seus futuros profissionais. Internamente, a França, naquele momento, passava por um aumento de demanda, com a entrada de 100 mil novos alunos no ensino superior. Ao desafio de ordem qualitativa somou-se, naquele momento, o desafio de ordem quantitativa. A necessidade de desenvolver um sistema único de formação de mão-de-obra superior foi percebida pela própria sociedade.

Repercussão - O Protocolo de Bolonha, que marca o início da reforma universitária européia, apresenta as linhas gerais da proposta, a Magna Carta Universitária. Segundo José Ferreira Gomes, vice-reitor da Universidade do Porto, "a Magna Carta Universitária é um instrumento típico de raiz acadêmica: autonomia, liberdade de investigação, necessidade de disponibilizar meios". Para ele, o fato inusitado é que a proposta provocou enorme repercussão. "O processo incendiou, de fato, a Europa." Tanto que, no ano seguinte, reuniram-se em Bolonha não apenas representantes de países da União Européia. Já havia, então, 40 aderentes ao protocolo.

No ano de 2000, em Lisboa, os chefes de governo da União Européia se reuniram e assinaram um novo protocolo, uma carta de intenção na qual se propuseram a transformar a economia européia numa economia baseada no conhecimento, a economia mais dinâmica e competitiva do mundo, que fosse capaz de construir um crescimento econômico sustentável e com melhores empregos e inclusão social. A base para essa mudança tem sido a reforma universitária, que deverá estar totalmente implantada na Europa em 2010.

(Elaina Daher, da Assessoria de Imprensa do MEC)

:: Qualidade no ensino superior também é prioridade no Uruguai

Qualidade no ensino superior, a exemplo do que propõe o anteprojeto da lei da educação superior apresentado pelo Ministério da Educação, também é prioridade no Uruguai, afirmou o ministro da Educação daquele país, Jorge Brovetto, durante o Seminário Internacional Reforma e Avaliação da Educação Superior.

"A qualidade das universidades é um esforço que devemos fazer, apesar das dificuldades econômicas dos nossos países", disse o ministro uruguaio. Mas a idéia, segundo o ministro, não é transportar o modelo de universidades de países desenvolvidos para a América Latina. "Não seria pertinente, os problemas do Brasil não são os mesmos da Inglaterra, por exemplo".

Outro aspecto importante para o Uruguai e que vai ao encontro da proposta de reforma universitária brasileira é o compromisso que as instituições de ensino superior devem ter com a sociedade. Para Jorge Brovetto, a inclusão de jovens no ensino superior é outra preocupação que os governos latino-americanos devem ter.

O sistema da educação superior uruguaio é bastante distinto do Brasil. No Uruguai há apenas uma universidade pública e o sistema privado é um fenômeno relativamente recente, existe há cerca de 15 anos. "As universidades privadas respondem por apenas 15% de todas as matrículas no ensino superior e não atuam em todas as áreas do conhecimento, como as públicas", descreveu Brovetto.

Avaliação - A comissão que avalia a qualidade das instituições de ensino superior no Uruguai é integrada por ministérios de vários setores, além da Educação, e também por especialistas da universidade pública.

(Ivone Belem, Assessoria de Imprensa do MEC)

:: Brasil vai trocar experiências sobre avaliação do ensino superior

Os ministérios da Educação do Brasil, Argentina, Espanha, França e Portugal poderão realizar ações comuns na área de avaliação da educação superior, a partir da assinatura, dia 27 de abril, de mecanismo de cooperação entre os presidentes das agências de avaliação dos cinco países. O ato foi realizado na abertura dos trabalhos do último dia do *Seminário Internacional Reforma e Avaliação da Educação Superior – Tendências na Europa e na América Latina, em São Paulo*.

O presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), Hégio Trindade, saudou a criação de um espaço de cooperação entre os países que trabalham na mesma perspectiva de promover a qualidade na educação superior. "Para a Conaes, que deu início às suas atividades há pouco mais de seis meses, representa um grande avanço rumo à melhoria da qualidade do ensino superior", afirmou.

Pesquisas – Com a assinatura do mecanismo, o Brasil poderá promover com qualquer um dos quatro países debates, seminários, cursos e realizar pesquisas e publicações. Para o diretor de Programas da Agência Nacional de Avaliação e Qualidade da Espanha (ANECA), Gaspar Rosselló Nicolau, é cada vez mais necessário o estabelecimento de formas mútuas de trabalho na área da qualidade do ensino superior. "Iniciamos este processo de colaboração para evoluir em todos os processos em debate", ressaltou.

O integrante do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior de Portugal (CNAVES), Virgílio Meira Solares, destacou o fato do seu país realizar a primeira atividade com o Brasil apenas dois meses depois da assinatura de um acordo de cooperação na área educacional.

(Ivone Belem, Assessoria de Imprensa do MEC)

::: Artigo

:: Reforma e Avaliação da Educação Superior*

Na sociedade contemporânea, conhecimento e poder se interpenetram em todos os níveis.

Autor: Hégio Trindade**

Ao analisar, em perspectiva histórica, a legislação sobre o ensino superior brasileiro, destacamos dois

paradoxos significativos: o fato de a referida legislação não sofrer nenhuma influência da reforma de Córdoba de 1918 na Argentina, a qual marca fortemente a maioria dos países latino-americanos, e a ruptura do caráter público das faculdades e escolas profissionais do Império por uma aliança entre liberais e positivistas, no início da República, que introduziu o ensino privado na expansão regionalizada das novas instituições de educação superior que seriam a base de muitas universidades estaduais, mais tarde federalizadas.

Essa foi a dinâmica originária do atual sistema público de educação superior que, com exceção de São Paulo, foi depois consolidado pela legislação do Governo Provisório de Vargas, em 1931. No início da ditadura militar, em 1968, seria estabelecida a segunda lei universitária, que modernizou, burocratizou e qualificou o sistema público brasileiro através da pós-graduação e da pesquisa.

Um fato incontestável é que a reforma universitária nunca esteve na agenda das agências internacionais nem na dos governos da Nova República. Estes não enfrentaram o desafio, que fora central no período militar e colocara o Brasil na vanguarda da América Latina em termos de modernização universitária. As duas dinâmicas, porém, que atingiram a educação superior latino-americana nas últimas quatro décadas tiveram efeitos perversos para a qualidade acadêmica. De um lado, a massificação das instituições públicas nos países hispano-americanos; de outro, a privatização crescente da educação superior, da qual o Brasil é o exemplo extremo, com 75% das matrículas nas instituições privadas.

Hoje, a reforma da educação superior está no centro do debate na União Européia, após sucessivas reuniões de ministros de Educação (Paris, Bolonha, Berlim, etc.), e o diagnóstico que a inspirou partiu da consciência de que, "mais do que nunca, o desenvolvimento e a qualidade de vida de uma nação dependerão de seu nível cultural e científico, que depende fundamentalmente do valor do seu ensino superior". Essa também sempre foi a estratégia dos Estados Unidos, que implantaram um amplo sistema público de universidades estaduais e dispõem de um sistema privado de alto prestígio, mas minoritário.

Na América do Sul, as instituições públicas são hegemônicas no campo da educação superior, salvo no Brasil, Chile e Colômbia, onde a privatização é dominante. Apesar dos problemas, há o consenso de que "uma boa educação superior é o melhor investimento para o desenvolvimento nacional", sendo "urgente fortalecer a vocação para aprender e para ensinar, para pesquisar e para pensar a solução dos problemas complexos de nosso tempo a fim de que nos sintamos co-responsáveis na construção de uma América Latina mais autônoma, próspera e justa".

No Brasil, a principal responsabilidade de um governo que queira enfrentar tamanho desafio é tornar efetiva a letra da lei. Não basta que sucessivas Constituições e leis ordinárias tenham consagrado formalmente o direito à educação, e este como bem público, se o Estado (guardião do interesse geral) não assumir, no plano nacional, estadual e municipal, sua função de tornar concreto tal direito como decorrência de uma obrigação pública e implementar políticas consistentes a partir desses pressupostos. Esse está sendo o norte da proposta do Ministério da Educação.

Na sociedade contemporânea, conhecimento e poder se interpenetram em todos os níveis, da esfera pública ao mercado, redefinindo o significado do espaço público nas universidades e afetando na raiz sua "missão social". A resposta a esse processo tem de vir no bojo de uma reforma que aponte nessa direção e que tenha a capacidade de articular os anseios da comunidade acadêmica por uma reestruturação universitária com as demandas legítimas das instâncias representativas da sociedade.

E o caminho é o estabelecimento de uma política de Estado que preserve e recomponha a missão pública do nosso sistema de educação superior público e privado e o articule com o projeto de uma nação democrática, justa e soberana.

Daí a relevância do seminário internacional "Reforma e Avaliação da Educação Superior: Tendências na Europa e na América Latina", que se encerra amanhã, em São Paulo, oportunidade em que se discute a reforma universitária e a avaliação do ensino superior numa perspectiva comparada, trazendo as experiências internacionais sobre o tema e mostrando que o que está na pauta das políticas da educação superior brasileira atualmente são temas recorrentes tanto na Europa quanto na América Latina.

*Artigo publicado em 26/04/2005 na Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 3

**Hélgio Trindade - Presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e professor titular de ciência política.

:: Informativo da CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

Jornalista Responsável: Vera Flores (Coordenadoria Geral de Comunicação do MEC)

CONAES - Av. L/2, Quadra 607 - Lote 50 Sala 06, CEP: 70.200-670

Telefone: (61) 2104-6233/ 2104-6158

E-mail: conaes@mec.gov.br
